

ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS DE SINAIS

TEACHING AND LEARNING OF SIGN LANGUAGES

Regina PENACHIONE

regnachi@gmail.com

Centro Universitário UniAnchieta, Jundiaí, São Paulo, Brasil

Resumo: Este artigo analisa o ensino-aprendizagem de língua de sinais por meio de pesquisa bibliográfica e vivência desta pesquisadora. Percorrendo a evolução da educação dos surdos e da Libras e os métodos de ensino utilizados, pôde-se perceber o quanto a Libras se fortaleceu e se valorizou como língua oficial da comunidade surda. À luz dos estudos dos parâmetros de Libras e dos classificadores de Felipe e Monteiro (2006) e das atividades lúdicas de Quadros e Cruz (2009), o professor desenvolve o trabalho pedagógico à aquisição de uma nova língua, em uma perspectiva mais interativa e significativa, respeitando a natureza visual e espacial dos surdos à comunicação e interação social, uma vez que percebem e veem o mundo por experiências visuais. Com base em Cerigatto e Machado (2018), as tecnologias digitais, ferramentas e recursos utilizados em meios eletrônicos, e as metodologias ativas, estratégias de ensino, que colocam os alunos como protagonistas da sua aprendizagem, permitem que o professor, mediador e guia nesse processo, promova um ensino de Libras interativo e prático aos ouvintes e surdos, atendendo às características da língua materna, pertencente à comunidade surda brasileira.

Palavras-chave: Ensino de libras; Tecnologias digitais; Metodologias ativas.

Abstract: This article analyzes the teaching-learning of sign language through bibliographic research and the experience of this researcher. Going through the evolution of the education of the deaf and Libras and the teaching methods used, it was possible to perceive how much Libras has strengthened and valued itself as the official language of the deaf community. In the light of the studies of the parameters of Libras and the classifiers of Felipe and Monteiro (2006) and the playful activities of Quadros and Cruz (2009), the teacher develops the pedagogical work for the acquisition of a new language, in a more interactive and meaningful perspective, respecting the visual and spatial nature of the deaf to communication and social interaction. since they perceive and see the world through visual experiences. Based on Cerigatto and Machado (2018), the digital technologies, tools and resources used in electronic media, and the active methodologies, teaching strategies, which place students as protagonists of their learning, allow the teacher, mediator and guide in this process, to promote an interactive and practical teaching of Libras to listeners and deaf people, taking into account the characteristics of the mother tongue, belonging to the Brazilian deaf community.

Keywords: Teaching of libras; Digital technologies; Active methodologies.

INTRODUÇÃO

A língua é um fenômeno social porque nasce e se desenvolve histórica e culturalmente entre as pessoas, ou seja, sua existência está atrelada à interação humana, refletindo a identidade de um grupo social.

A aquisição de uma língua, seja oral como o Português, ou língua de sinais como a Libras, só ocorre pelo contato e convivência com o outro e necessidade de comunicação e expressão no espaço em que se vive.

Aprender uma língua vai muito além do conhecimento de um conjunto de regras porque envolve saber usá-la para se comunicar com sentido e fazer-se entender e ser entendido. O uso da linguagem carrega uma intenção, para transmitir ideias ou alcançar objetivos, e está impregnado de emoção, para intensificar os sentimentos e a expressividade na comunicação.

Dessa forma, pode-se dizer que o aprendizado de uma língua deve ser visto na interação social, considerando a vivência e experiência dos sujeitos envolvidos no processo comunicativo.

A Língua Brasileira de Sinais - Libras - tem sido muito difundida no contexto escolar, após o seu reconhecimento, como língua oficial das comunidades surdas do Brasil, pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que beneficiou a vida e a educação dos surdos.

Para corroborá-la, foi instituído o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que assegura às pessoas surdas o direito à informação, comunicação, educação e uso da Libras como meio legítimo de expressão e acesso a garantias legais.

Essas regulamentações foram relevantes para que o ensino e aprendizagem da Libras fosse visto com um olhar diferente pelo ambiente educacional, que passou a valorizá-la para a educação dos surdos, depois de passar por muitos percalços e obstáculos até o seu reconhecimento como modo de expressão linguística da comunidade surda.

No âmbito acadêmico, o estudo da língua de sinais e a educação dos surdos têm contribuído para o conhecimento e formação acadêmica dos profissionais que desejam trabalhar com uma educação mais inclusiva. No âmbito social, é fundamental para garantir direitos à comunidade surda que deve ser vista com uma língua própria pela qual se comunica e se identifica no mundo em que vive.

O intuito deste artigo é apresentar como a Libras pode ser trabalhada no contexto educacional, respeitando a identidade linguística e cultural da comunidade surda, algumas tecnologias digitais que podem ser utilizadas em sala de aula e metodologias ativas empregadas para mais dinamismo e engajamento dos alunos na sua aprendizagem.

A aprendizagem da língua de sinais contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, comprometida com os direitos linguísticos e humanos dos surdos, além de favorecer que os

ouvintes compreendam essa forma de comunicação para uma boa convivência com aqueles que veem o mundo pela experiência visual.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS E DA LIBRAS

A história dos surdos revela inúmeras lutas e desafios, ao longo dos tempos, para serem reconhecidos verdadeiramente como cidadãos do mundo.

As pessoas surdas sempre existiram, mas somente os filhos da nobreza europeia, do século XVI, tiveram acesso à educação formal com a finalidade de serem considerados capazes de herdar títulos e propriedades.

Para os surdos exercerem suas funções, como cidadãos, deveriam saber falar, ler e escrever. Em função disso, surgiram grandes educadores como Ponce de Leon, Girolamo Cardano e Juan Pablo Bonet.

O abade Ponce de Leon desenvolveu um alfabeto manual para educar os filhos da corte espanhola. O médico e educador Girolamo Cardano foi um dos primeiros a reconhecer que a surdez não afetava a capacidade de aprender. Juan Pablo Bonet publicou, em 1620, o primeiro tratado de ensino de surdos, evidenciando que deveria começar pela escrita, sistematizando o alfabeto.

Todas as metodologias utilizadas por esses educadores eram muito variadas para a abordagem dos conteúdos escolares, mas a educação dos surdos ainda visava ao desenvolvimento da fala.

A partir do século XVIII, alguns educadores defendem o uso da língua de sinais, destacando-se Charles-Michel de l'Épée, considerado um dos primeiros defensores da língua de sinais. Em 1799, fundou o Instituto Nacional de Surdos de Paris, cuja preocupação era ensinar o surdo para que pudesse trabalhar e exercer sua cidadania.

Em 1869, nos Estados Unidos, já existiam mais de 30 escolas para surdos com o objetivo de oferecer educação especializada, por meio da língua de sinais e métodos adaptados, promovendo a inclusão social e autonomia dos estudantes.

A partir da segunda metade do século XIX, houve um período de grande turbulência para os surdos porque o uso da língua de sinais começou a perder a força por duas razões: filosofias oralistas e realização do Congresso de Milão, em 1880. Nesse evento, foi proibido o uso da língua de sinais, no mundo inteiro, por um período de quase 100 anos.

Segundo Morais *et al.* (2019, p. 15-16),

Havia o consenso, entre a maioria ouvinte, de que a fala era a expressão da alma ou uma dádiva divina e, sem poder se comunicar por meio da língua falada, o sujeito surdo não poderia se integrar em sociedade e se arrepender de seus pecados, por exemplo.

Os estudos linguísticos desenvolvidos por William Stokoe, a partir de 1960, criticaram os métodos oralistas que não apresentaram os resultados pretendidos, mas trouxeram um marco para a língua de sinais. Ao analisar a Língua de Sinais Americana (ASL), Stokoe demonstrou que se tratava de uma língua verdadeira, com estrutura gramatical própria, assim como qualquer língua falada, contribuindo para ampliar a visão sobre todas as línguas de sinais.

A quebra do paradigma da educação oralista oportunizou o aparecimento de várias propostas educacionais com diversas práticas pedagógicas para a educação dos surdos, tais como: comunicação total que combina língua oral manualizada, gestos, fragmentos de língua de sinais e uso de amplificação sonora, priorizando a comunicação e não a língua; bilinguismo, no final do século XX, que defende o ensino de duas línguas: língua de sinais, como primeira língua (L1), e língua oral/escrita do país, como segunda língua (L2), enfatizando o aprendizado pleno da língua de sinais antes da introdução da língua oral/escrita.

No Brasil, a educação de surdos teve seu início no Período Imperial, em 1855, com a chegada do professor surdo francês Ernest Huet, a convite de D. Pedro II.

Por solicitação de Huet, em 26 de setembro de 1857, fundou-se o Instituto de Educação de Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro, primeira escola para surdos no Brasil, atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

No início, as práticas pedagógicas, realizadas no Instituto, compunham-se de alfabeto manual e sistema sinalizado, proveniente da Língua de Sinais Francesa, acompanhados dos sinais trazidos pelos próprios alunos.

O currículo escolar era composto pelas disciplinas de Português, História, Geografia, linguagem articulada e leitura de lábios.

A partir de 1911, seguindo as determinações do Congresso de Milão, proibiu-se o uso da língua de sinais, optando-se pelo método oral puro na educação dos alunos surdos, com objetivo de ensiná-los a falar e compreender a língua oral pela leitura labial e treinamento auditivo.

Até 1960, o método oral foi utilizado na educação de surdos no Brasil, seguindo as tendências mundiais do oralismo que visava ao desenvolvimento da fala desses alunos.

As políticas públicas para o setor educacional foram mais de caráter assistencialista do que propriamente formativo, pois o principal objetivo era curar os alunos surdos, quando possível, para torná-los úteis à sociedade; caso contrário, deveriam ser cuidados para que não representassem valores negativos à sociedade (Lacerda *apud* Soares, 1999).

Nas três últimas décadas do século XX (1980, 1990, 2000), apareceu, no discurso educacional brasileiro, a ideia de que a pessoa surda tem direitos ao desenvolvimento pleno e atuação, como sujeito social e histórico, na sociedade a que pertence.

A partir dos estudos de William Stokoe (1960), considerados revolucionários para o reconhecimento das línguas de sinais como línguas naturais, independentes e dotadas de gramática própria, a língua de sinais passou a ser reintegrada ao contexto educacional brasileiro. Nesse cenário, consolida-se a proposta de educação bilíngue para surdos, com a finalidade de formar sujeitos críticos, autônomos e socialmente participativos.

O bilinguismo, introduzido no Brasil na década de 1980, consolidou o reconhecimento da pessoa surda em sua identidade linguística. Essa valorização ampliou a compreensão dos processos de aprendizagem e acesso à informação pelos surdos. Além disso, fortaleceu a cultura surda e contribuiu para a legitimação de sua comunidade.

Essa abordagem de ensino considera a língua de sinais, como primeira língua (L1), e valoriza a cultura e visualidade dos surdos, enquanto a Língua Portuguesa é vista como segunda língua (L2), enfatizando o aprendizado da língua de sinais, antes da introdução da modalidade escrita.

A Libras, uma das línguas oficiais utilizadas no Brasil, ainda é considerada por muitos como mera mímica, conjunto de gestos isolados ou simples transposição da Língua Portuguesa, devido à falta de reconhecimento de sua legitimidade como forma autêntica de expressão da comunidade surda brasileira.

Segundo Pereira (2011, p. 4-5), esse desconhecimento da Libras, como língua, deve-se ao fato de que

As línguas de sinais distinguem-se das línguas orais porque utilizam o canal visual-espacial em vez do oral-auditivo. Por esse motivo, são denominadas línguas de modalidade gestual-visual (ou visual-espacial), uma vez que a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida no espaço, pelas mãos, pelo movimento do corpo e pela expressão facial.

O professor surdo francês Ernest Huet é reconhecido como o introdutor da língua de sinais no Brasil, pois foi convidado por D. Pedro II para ensinar os surdos brasileiros. Conforme destacado por Ciccone (1996 *apud* Pereira, 2011, p. 13-14), “[...] trouxe, inicialmente, a língua de sinais francesa que se mesclou com a língua de sinais utilizada pelos surdos brasileiros e acabou formando a Língua Brasileira de Sinais.”

Após um longo percurso de transformações nos paradigmas educacionais voltados às pessoas surdas, desde o oralismo, amplamente defendido no Congresso de Milão (1880), passando pela comunicação total, que integra diferentes formas de expressão, até o bilinguismo, que estabelece a Língua de Sinais, como primeira língua (L1), e a Língua Portuguesa, como segunda (L2), na modalidade oral/escrita, a Libras passou a ser reconhecida por sua relevância no desenvolvimento dos surdos, contribuindo, de forma significativa, nos aspectos linguístico (comunicação natural), social (inclusão e interação), cultural (valorização da comunidade surda) e emocional (fortalecimento da identidade surda).

Com a promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Libras passou a ser reconhecida oficialmente, como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda no Brasil, cabendo “[...] às instituições públicas ofertar acessibilidade em língua de sinais em eventos e pronunciamentos. Os sistemas educacionais passaram a ter a opção de ofertar educação bilíngue, na qual a Libras fosse a língua de ensino” (Morais *et al.*, 2019, p. 17).

Os estudos de William Stokoe (1960) revelaram que os sinais da ASL possuíam organização linguística nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico, rompendo com a ideia de gestos isolados. A partir disso, as línguas de sinais passaram a ser reconhecidas como sistemas completos.

No Brasil, a Libras também foi legitimada como língua, com estrutura própria. Essa mudança impulsionou os debates linguísticos e educacionais sobre a surdez.

O Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, representou um marco significativo para a comunidade surda no Brasil. Além de definir surda a pessoa que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura pelo uso da Libras, também estabelece diretrizes para a implementação da abordagem bilíngue nas escolas públicas e privadas do país.

Ressalta-se a relevância da valorização da língua de sinais pela metodologia bilíngue, considerando que a pessoa surda compreende o mundo por meio da experiência visual. Ao ensinar por meio da Libras, o professor fortalece a identidade e cultura surdas, aspectos fundamentais para a formação de sujeitos críticos e participativos na sociedade.

LIBRAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A aquisição de uma língua é fundamental para o desenvolvimento de qualquer ser humano, porque permite a comunicação, expressão dos pensamentos e ideias e identidade cultural de pertencimento a um grupo social.

Com base na teoria de Vygotsky (1984 *apud* Coelho; Pisoni, 2012), é na interação com os objetos de conhecimento, dadas as oportunidades oferecidas pelo contexto social, que o indivíduo constrói conhecimentos.

A apropriação da linguagem pela criança ocorre em resposta à necessidade de comunicação com o meio ao seu redor, sendo fortemente influenciada pelas interações e estímulos proporcionados pelo ambiente sociocultural em que está inserida.

Esse aprendizado da língua ocorre de maneira espontânea, por meio da convivência com o grupo social, sem a necessidade de processos formais de ensino e aprendizagem sistematizados.

A língua de sinais não é inata no surdo, da mesma forma que a língua oral não é para o ouvinte, porque ambas nascem nas relações sociais e culturais em que estão inseridas. Em função disso, pode-se dizer que a língua de sinais não é universal.

No período de escolarização, o ambiente da sala de aula apresenta um novo cenário, no qual coexistem crianças ouvintes, que utilizam uma língua na modalidade oral-auditiva, e crianças surdas, que se expressam pela modalidade gesto-visual. Nesse contexto, cabe ao professor ampliar seus conhecimentos para promover uma mediação inclusiva e eficaz.

De acordo com Turetta e Lacerda (2019, p. 26)

Atualmente, o reconhecimento da importância das línguas de sinais na constituição dos sujeitos surdos tem feito diferentes pessoas se engajarem na aprendizagem e no estudo dessas línguas. Tais mudanças de concepção frente à surdez e à língua de sinais possibilitaram que outras demandas fossem almejadas e conquistadas, tais como a formação de tradutores e/ou intérpretes de Libras e dos professores bilíngues.

É fundamental que as escolas da Educação Básica adotem a Libras como meio de instrução, assim como assegurem a presença de intérpretes dessa língua, a fim de garantir o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos. A atuação do intérprete em sala de aula contribui para que esses alunos se sintam mais seguros, favorecendo a compreensão mútua, acompanhamento das atividades pedagógicas e valorização da Libras no ambiente escolar.

Quanto antes a criança aprender a língua de sinais, quer seja no ambiente familiar ou educacional, mais cedo adquirirá a sua comunicação e o seu desempenho escolar será equivalente ao de crianças ouvintes, porque, segundo Gesser (2009, p. 76), “Não é a surdez que compromete o desenvolvimento do surdo, e sim a falta de acesso a uma língua.”

Um dado importante que o professor precisa entender é que a pessoa surda possui mecanismos de processamento da informação e formas de compreender, baseados na experiência visual. Esse entendimento reforça as palavras de Skliar (1998), ao afirmar que a surdez se configura realmente como uma experiência visual.

De acordo com Morais *et al.* (2019, p. 147),

O aluno surdo sempre terá uma aprendizagem visual e não auditiva, isto é, para que a criança surda possa compreender as diversas situações comunicacionais do dia a dia, ela se utiliza da habilidade de interpretação visual, por meio de imagens, figuras, expressões faciais e corporais, entre outros recursos. No caso do ensino do português como segunda língua para o sujeito surdo, o recomendável é que o aprendizado dessa L2 utilize a L1 (Libras) como base ou ponte para desenvolvê-la, visto que o surdo aprende e vivencia o mundo por meio de experiências visuais e não tem como ignorar esse fato, inclusive, quando do ensino da leitura e escrita ou ponte para desenvolvê-la, visto que o surdo aprende e vivencia o mundo por meio de experiências visuais e não tem como ignorar esse fato, inclusive, quando do ensino da leitura e escrita do português é caracterizado por um aprendizado oral-auditivo.

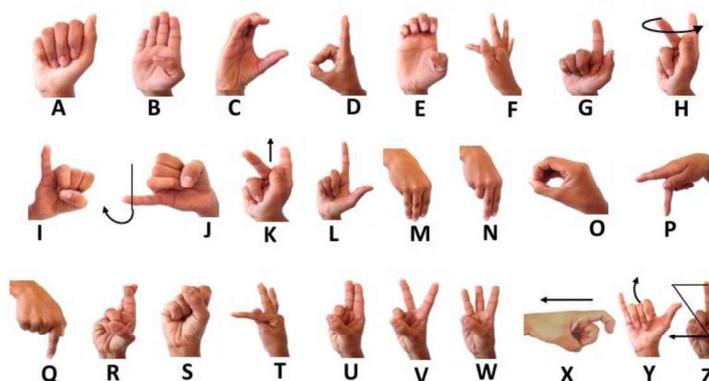
A escrita datilológica (alfabeto manual), que o professor deve conhecer, é utilizada para representar nomes próprios ou termos sem sinal correspondente. Também é empregada quando a representação por meio dos classificadores icônicos, recursos visuais que auxiliam na expressividade e especificação de conceitos na língua de sinais, não é viável ou suficiente.

O professor também precisa apreender a estrutura gramatical da Libras que é organizada em 5 parâmetros: configuração da(s) mão(s) – CM, movimento – M, ponto de articulação – PA, orientação das mãos – O, e componentes não manuais, que são as expressões faciais e corporais. Alguns desses parâmetros (CM-M-PA) surgiram a partir dos estudos de William Stokoe (1960) como equivalentes aos fonemas das línguas orais para a comunicação em língua de sinais.

Quadros e Karnopp (2004), partindo desses parâmetros fonológicos da Libras e de outros estudos de pesquisadores para compor os sinais, esclarecem que a configuração da(s) mão(s) – CM – é a forma que a mão assume ao realizar o sinal; movimento – M – é o deslocamento da mão durante o sinal; ponto de articulação – PA – é o local, no corpo ou espaço, onde o sinal é realizado; orientação das mãos – O – é a direção da palma das mãos e dos dedos no espaço; os componentes não manuais, que são as expressões faciais e corporais, são complementares ao significado do sinal.

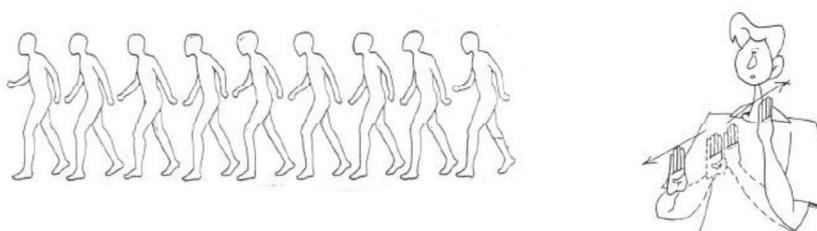
Para mais esclarecimentos, seguem imagens do alfabeto manual, classificadores e parâmetros de Libras.

Figura 1 - Alfabeto manual



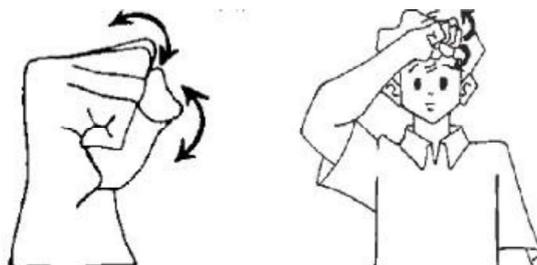
Fonte: Araújo; Pereira (2016, p. 2).

Figura 2 - Classificador para pessoas em fila



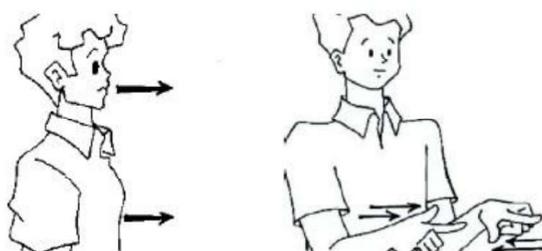
Fonte: Felipe; Monteiro (2006, p. 401).

Figura 3 - Configuração de mãos – Sinal de aprender



Fonte: Felipe; Monteiro (2006, p. 21).

Figura 4 - Ponto de articulação – Sinal de trabalhar



Fonte: Felipe; Monteiro (2006, p. 22).

Figura 5 - Movimento – Sinal de conhecer



Fonte: Felipe; Monteiro (2006, p. 22).

Figura 6 - Orientação da palma da mão – Sinal de fechar



Fonte: Felipe; Monteiro (2006, p. 23).

Figura 7 - Expressões faciais – Sinal de alegre



Fonte: Felipe; Monteiro (2006, p. 23).

Outra compreensão essencial ao professor em relação à Libras é que a sintaxe permite uma combinação de palavras diferente da utilizada na Língua Portuguesa, cuja estrutura é feita por sujeito (S), verbo (V) e objeto (O) – conhecida como SVO. As línguas de sinais, por serem organizadas espacialmente, podem ser estruturadas na ordem SOV, SVO ou VSO. Dessa forma, para Quadros e Karnopp (2004, p. 127), “Analisar alguns aspectos da sintaxe de uma língua de sinais requer ‘enxergar’ esse sistema que é visuoespacial e não oral-auditivo.”

Entendidos esses aspectos sobre a Libras, a escola deve implementar práticas pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos surdos, incluindo atividades lúdicas e brincadeiras que favoreçam a aquisição e desenvolvimento da linguagem.

O brincar é uma importante fonte de desenvolvimento infantil, sendo muito valorizado por Vygotsky (1984 *apud* Coelho; Pisoni, 2012), especialmente nas brincadeiras de ‘faz de conta’, que se caracterizam por recriar a realidade por meio de sistemas simbólicos. Essas experiências estimulam a imaginação e fantasia da criança, favorecendo a interpretação e resignificação do mundo real, essenciais ao aprimoramento das funções cognitivas e à aquisição da Libras como primeira língua pelas crianças surdas.

As brincadeiras se tornam fundamentais no contexto educativo, pois desenvolvem a comunicação entre as crianças e entre estas e os adultos, além de promoverem interações significativas e contribuírem com o desenvolvimento humano.

Alguns exemplos de brincadeiras e jogos que podem ser aplicados na educação de crianças surdas e ouvintes: jogo de cartas com expressões faciais e emoções em Libras para serem reconhecidas; mímicas para reforçar os sinais aprendidos; jogo das bexigas, contendo sinais em seu interior, para a descoberta pelas crianças; dominó de sinais para associar imagens aos sinais correspondentes; jogo da memória com sinais em Libras para fixação do vocabulário; contação de histórias em Libras com apoio visual para estimular a imaginação e ampliar o vocabulário; encenação teatral de palavras aprendidas em Libras; caça ao objeto, em que as crianças identificam e localizam itens a partir dos sinais apresentados. A escolha dessas atividades depende da intencionalidade do professor e dos recursos didáticos disponíveis.

Para elucidar melhor as atividades que podem ser desenvolvidas com as crianças, seguem alguns exemplos.

Figura 8 - Jogo de memória com sinais



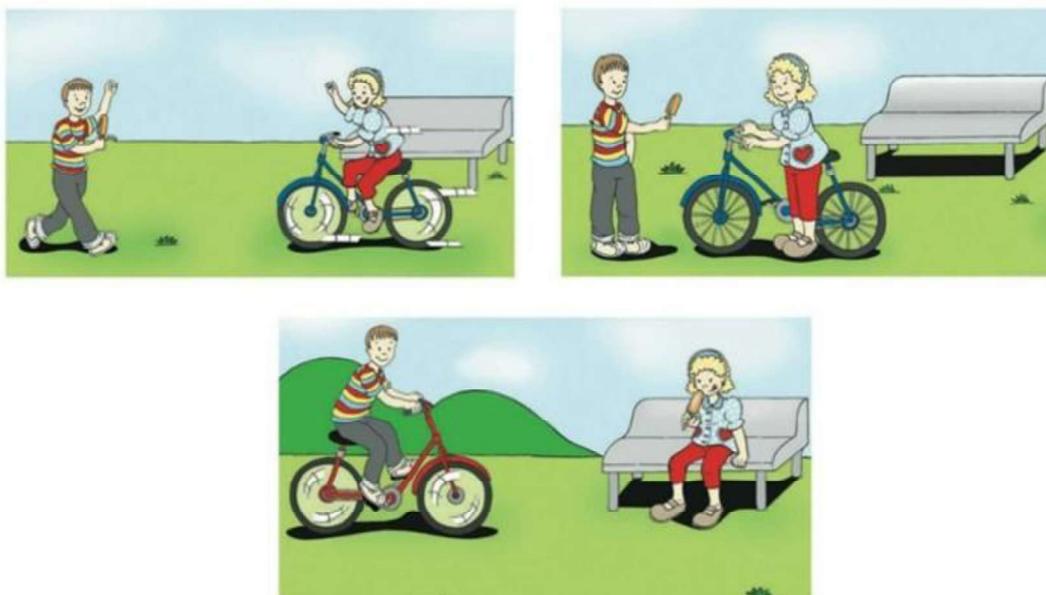
Fonte: Quadros; Cruz (2009, p. 92).

Figura 9 - Dominó



Fonte: Quadros; Cruz (2009, p. 94).

Figura 10 - História: A troca



Fonte: Quadros; Cruz (2009, p. 104-105).

No ensino universitário, a partir do Decreto nº 5.626/2005, a Libras se tornou obrigatória nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia para garantir a inclusão e uma comunicação eficaz com pessoas surdas nas áreas da educação e saúde.

O intuito do ensino de Libras na educação superior é possibilitar ao estudante o conhecimento dessa nova língua para que adquira habilidade linguística e desenvolva uma comunicação funcional com o surdo.

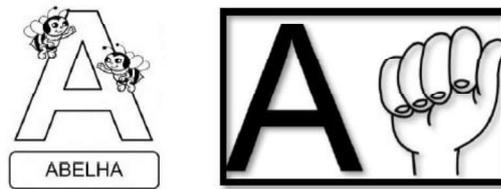
Dessa forma, o professor universitário precisa ter os mesmos conhecimentos do professor da Educação Básica, encontrando estratégias diversas que, nas palavras de Donato, Hollosi e Campos (2024, p. 72), atendam

[...] ao projeto de aprendizagem de cada perfil de curso e de estudante. O uso de dicionários, glossários, sinalários ou similares pode dar mais autonomia para o aprendiz. Simulação de situações mais próximas ao real é uma estratégia que possibilita as tentativas de acerto pelo estudante de forma monitorada pelo professor.

Quanto mais o aluno do ensino superior vivencia a Libras, por meio de vídeos, práticas dialogadas com os colegas, gravação e análise dos próprios sinais, interpretação de músicas e elaboração de diversos materiais, como dicionários ilustrados em Libras, maior será o seu envolvimento com o processo de aquisição da língua e compreensão da visualidade surda. Essa imersão possibilitará o uso competente da Libras em situações que requeiram essa habilidade linguística.

Como ilustração, seguem algumas imagens do Dicionário ilustrado em Libras, elaborado com intuito de ajudar os estudantes na aprendizagem da Libras.

Figura 11 - Dicionário ilustrado em Libras



ABELHA - *substantivo feminino* Inseto de vida social que vive numa colmeia e produz o mel e a cera. (Ordem dos himenópteros, família dos apídeos).

SINAL EM LIBRAS
“Abelha”



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Figura 12 - Dicionário ilustrado em Libras



BORBOLETA - *substantivo feminino* Nome usual dos insetos lepidópteros, diurnos e noturnos, que têm quatro asas cobertas de escamas finas, de cores relativamente brilhantes, de inúmeras e belíssimas espécies.

SINAL EM LIBRAS
“Borboleta”



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ressalta-se que esse recurso pedagógico, por ser atraente e acessível, é muito importante para os iniciantes em Libras ou pessoas interessadas na comunicação em língua de sinais. Além de apresentar os sinais por meio de fotos ou ilustrações, ajuda na memorização, associa a palavra em português ao seu significado, contribuindo para o reforço da aprendizagem da escrita na Língua Portuguesa.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE LIBRAS

A educação, assim como a sociedade, tem se transformado, ao longo dos tempos, em função das evoluções culturais, tecnológicas e sociais. Essa evolução promoveu a transição do ensino presencial para ambientes virtuais de aprendizagem, caracterizando novas relações educacionais com estratégias diferenciadas e alinhadas à cultura digital.

Essa era digital configura uma nova forma de organização social e comunicativa, mediada por dispositivos eletrônicos e potencializada pela internet, permitindo a interação com o mundo por meio da tecnologia e promovendo o compartilhamento de informações e diferentes formas de aprendizagens.

De acordo com Cerigatto e Machado (2018, p. 21), existem vários desafios para o professor e aluno em função da cultura digital, tais como,

[...] transformar o cenário de sala de aula tradicional, substituindo metodologias clássicas por metodologias mais abertas, colaborativas, que combinam com o ambiente digital. O modelo de sala de aula tradicional “um para todos” em que o professor é o principal ator, também precisa mudar. Hoje o ambiente de ensino e aprendizagem tem que ser de “todos para todos”, em que todos aprendem juntos e de forma cooperativa. Assim, cria-se uma sala de aula e uma escola compatível com o ambiente de inteligência coletiva gerado pelo cenário digital.

Nesse contexto, há muitos conhecimentos específicos que o docente precisa obter para utilizar adequadamente as tecnologias digitais e aplicar novas metodologias de ensino em busca de aprendizagens mais significativas.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) permite que o professor, por exemplo, utilize vídeos em Libras para explicar os conteúdos; disponibilize fóruns aos alunos para trocarem mensagens escritas e vídeos em Libras; promova palestras com profissionais surdos e com intérpretes de Libras; trabalhe jogos e/ou atividades interativos em Libras; avalie vídeos em Libras feitos pelos discentes, dentre outros. Alguns desafios podem ser encontrados na utilização do AVA, devido às próprias limitações técnicas quanto à edição e *upload* dos vídeos em Libras, diretamente na plataforma, e à interação síncrona limitada nas videoconferências.

O uso de aplicativos digitais, como o *Hand Talk*, que pode ser utilizado no celular, permite que o aluno tenha a tradução de textos e áudios para Libras pelo avatar chamado Hugo, possibilitando

a comunicação entre surdos e ouvintes. Uma das dificuldades apontadas por esse aplicativo é que há restrições na tradução, por isso o ideal seria combiná-lo com intérpretes humanos para maior precisão da língua de sinais.

Santos e Dantas (2017 *apud* Cerigatto; Machado, 2018) citam ainda o aplicativo ProDeaf que realiza a tradução de texto e voz na Língua Portuguesa para Libras, por meio de um avatar 3D, para facilitar a comunicação, mas faltam expressões faciais naturais, essenciais na Libras, e difíceis de serem reproduzidas pelo avatar.

A plataforma digital Rybená, criada pelo INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), é uma ferramenta digital que traduz textos da internet da Língua Portuguesa para Libras (Cerigatto; Machado, 2018), por meio de avatares, para a compreensão da escrita. O único desafio é que fica difícil reproduzir as expressões faciais com avatares 3D.

Os dicionários virtuais de Libras permitem a busca pela palavra e a representação dela em vídeo ou animação, às vezes, acompanhada da configuração de mãos e exemplos em frases, colaborando com o aprendizado. Um dos desafios encontrados, nessa plataforma *on-line*, são as variações regionais que podem não estar contempladas.

É fundamental que o professor considere o contexto educacional e analise o público-alvo, ao definir o uso dessas tecnologias, integrando-as ao seu planejamento. Ademais, deve adotar uma postura flexível e inovadora, visando proporcionar um ambiente escolar inclusivo e condições equitativas de ensino que possibilitem a aprendizagem de todos os alunos.

O aprendizado de novas abordagens pedagógicas torna-se relevante para o professor que, ao tomar ciência das metodologias ativas, pode deixar as aulas focadas mais no processo de aprendizagem dos alunos, envolvendo-os de forma muito significativa.

De acordo com Moran (2018, p. 4), “Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida.”

As práticas ativas de ensino constituem alternativas inovadoras, pois promovem o engajamento dos estudantes em atividades que estimulam a reflexão sobre ideias em contextos ou situações específicas de aprendizagem.

Uma vez que a cultura escolar incorpora novas mídias e abordagens pedagógicas, evidencia-se que o ambiente escolar tem ampliado os espaços de aprendizagem, possibilitados pelas tecnologias e outras formas de ensinar inovadoras e atraentes aos alunos. Tais avanços promovem maior engajamento dos alunos e ampliam as interações com diferentes públicos.

Oliani *et al.* (2015 *apud* Cerigatto; Machado, 2018) apontam algumas inovações metodológicas que podem auxiliar no ensino-aprendizagem nessa era digital: *blended learning*, *active learning* e *flipped classroom*.

Blended learning, também conhecido como ensino híbrido, combina momentos presenciais, em sala de aula, com momentos *on-line* de aprendizagem no ambiente virtual.

Essa modalidade de ensino, muito utilizada nos cursos de Graduação, permite aos estudantes organizarem melhor os seus horários e desenvolverem mais autonomia pela aprendizagem.

Como “A utilização simultânea desses ambientes - presencial e virtual - objetiva explorar as potencialidades de cada modalidade.” (Oliani *et al.*, 2015 *apud* Cerigatto; Machado, 2018, p. 31), o professor deve priorizar, nas aulas presenciais, a exposição dos assuntos relacionados à história e educação dos surdos, esclarecimentos de dúvidas, apresentações de pesquisas, trabalhos e diálogos em Libras, além de realizar avaliações e palestras para aprofundamento dos temas, preferencialmente, com a presença de um intérprete de Libras. As aulas virtuais são destinadas à postagem de materiais escritos, que devem ser lidos pelos alunos, vídeos em Libras para a prática de sinais, aulas ao vivo para aprofundamento dos pontos importantes estudados, aulas de revisão, atividades reflexivas, produção de vídeos feitos pelos alunos e fóruns de discussão, com devolutivas dos tutores *on-line*, permitindo uma aprendizagem personalizada e interativa.

Active learning, conhecida como aprendizagem ativa, é uma abordagem de ensino em que os alunos participam ativamente do processo de construção do conhecimento, em vez de receberem passivamente as informações disponibilizadas pelo professor.

A aprendizagem ativa ocorre quando o aluno interage com o assunto em estudo – ouvindo, falando, perguntando, discutindo, fazendo e ensinando – sendo estimulado a construir o conhecimento porque precisa ler, escrever, discutir ou engajar-se na resolução de problemas, que se relacionem com os conhecimentos abordados.

Segundo Oliani *et al.* (2015 *apud* Cerigatto; Machado, 2018, p. 31), a aprendizagem ativa “[...] prioriza a autonomia do aluno e o coloca como principal protagonista para o desenvolvimento de sua aprendizagem. O professor media todo o processo, atuando mais como um incentivador e mediador, deixando o papel principal para o aluno na construção do saber.”

Em sala de aula, no ensino de Libras, o professor pode iniciar algumas explicações sobre a história da Libras e da educação dos surdos, incentivando os alunos a pesquisarem mais informações, de forma individual ou em grupo, para posterior apresentação oral. Ao demonstrar sinais em Libras, é possível pedir aos estudantes que os pratiquem em duplas e elaborem diálogos para serem apresentados em sala. Também se pode solicitar aos discentes o estudo de novos sinais para apresentações em forma de diálogos ou músicas em Libras. Situações reais ou simuladas, como ir ao médico, pedir em um restaurante ou falar com o diretor da escola podem ser exploradas para contextualizar o uso da Libras. Além disso, o docente pode pedir aos alunos a gravação de vídeos para demonstrarem os sinais aprendidos, tanto para avaliação como para publicação em um canal coletivo da turma.

Flipped classroom, conhecida como sala de aula invertida, baseia-se na inversão do espaço de aprendizagem em grupo para individual, ou seja, a teoria é estudada em casa por meio de vídeos e textos, e a aula torna-se o lugar de aprendizagem ativa para perguntas, discussões e atividades práticas.

De acordo com Oliani *et al.* (2015, p. 13 *apud* Cerigatto; Machado, 2018, p. 33), “Quando os alunos se encontram nas salas de aulas, esses ambientes tornam-se locais para o desenvolvimento de atividades práticas, para discussões dos temas que foram estudados.”

Ao contrário do ensino tradicional, em que a sala de aula se destina à transmissão de informações pelo professor e à realização de avaliações para verificar a assimilação de conteúdos, na abordagem da sala de aula invertida, os discentes devem estudar previamente em casa. Dessa forma, o tempo presencial é dedicado para tirar dúvidas, fazer perguntas e participar das discussões sobre os temas estudados. Nesse modelo, o docente, em vez de fazer exposição dos assuntos, trabalha as dificuldades e dúvidas dos alunos, promovendo aulas mais dinâmicas e engajando os discentes na construção do conhecimento.

Como essa metodologia de sala de aula invertida compõe-se de 3 momentos: antes da aula, durante a aula e depois da aula, o professor de Libras precisa escolher bem os materiais que os alunos deverão estudar em casa e planejar as atividades que realizará no tempo da aula presencial.

A organização do ensino de Libras pelo professor, com base na abordagem de sala de aula invertida, pode ser exemplificada da seguinte forma com o tema “Família”: antes da aula, os alunos devem assistir à videoaula elaborada pelo docente, com demonstrações dos sinais ligado ao tema, além do vídeo “Família em Libras”, produzido pela TV INES, para a aprendizagem de novos sinais; durante a aula, o docente verifica as dúvidas, reforça os sinais aprendidos e propõe práticas individuais e em duplas, por meio de diálogos sobre as próprias famílias; depois da aula, os estudantes devem gravar vídeos curtos sobre os sinais aprendidos, de forma individual ou em grupo, e elaborar um dicionário ilustrado sobre o tema “Família” ou dicionário coletivo da turma, com fotos dos alunos e sinais aprendidos.

É fundamental que o professor avalie o contexto educacional e analise as características do público-alvo para selecionar a metodologia ativa mais adequada. Essa escolha deve estar alinhada ao planejamento pedagógico e aos objetivos educacionais, propiciando um ambiente acolhedor e inclusivo de ensino, no qual todos tenham oportunidades de construir o próprio conhecimento.

O professor precisa sempre estar atualizado e utilizar as TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação), vídeos, *podcasts*, *e-books*, plataformas virtuais de aprendizagem, como recursos importantes para potencializar o ensino-aprendizagem, inclusive no ensino de Libras. Ao fazer uso das metodologias ativas, integrando-as aos conteúdos trabalhados, contribui-se para que os alunos sejam protagonistas na construção do próprio conhecimento. Essa abordagem enriquece e

inova a prática pedagógica, tornando o ensino mais conectado à realidade, promovendo uma aprendizagem mais significativa e duradoura que ultrapassa os limites da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação dos surdos e o reconhecimento da Libras, como língua oficial da comunidade surda brasileira, passaram por uma grande evolução até atingir os níveis em que se encontram hoje no âmbito educacional.

A escola passou a respeitar a Libras como língua materna dos surdos, dotada das mesmas características das línguas orais, e a entender que essas pessoas não compartilham o mesmo tipo de *feedback* dos ouvintes, uma vez que se comunicam e percebem o mundo pelas experiências visuais. Além disso, adota-se o bilinguismo, uma abordagem que respeita a singularidade linguística e cultural da comunidade surda.

Os professores, conhecendo os parâmetros da Libras, que estruturam os sinais e permitem a comunicação clara e eficaz com os surdos, e os classificadores, que conferem expressividade e riqueza ao processo comunicativo, estarão aptos a se expressar nessa língua para ensinar tanto alunos surdos quanto ouvintes. Além disso, é fundamental considerar a relevante presença do intérprete de Libras, em sala de aula, como apoio nas explicações e desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Tais atividades devem estar vinculadas ao lúdico, por meio de brincadeiras e jogos, que atuam como ferramentas pedagógicas, capazes de transformar as relações escolares e favorecer a aprendizagem, interação e desenvolvimento pleno das crianças.

Ao repensar as práticas tradicionais, é essencial ao professor incorporar, no trabalho pedagógico com a Libras, o uso das tecnologias digitais, que valorizam o caráter visual e dinâmico da comunicação; as abordagens inovadoras de ensino, que promovem o protagonismo discente na construção do conhecimento; a ludicidade, que possibilita uma aprendizagem mais significativa, envolvente e prazerosa. Esses elementos contribuem para a criação de um ambiente escolar mais participativo e acolhedor para o desenvolvimento integral dos alunos.

Neste artigo, buscou-se resgatar os estudos referentes ao ensino-aprendizagem de Libras, a partir da vivência desta pesquisadora, como Professora de Libras. Espera-se que este trabalho seja apenas um estímulo para que outros pesquisadores prossigam com suas investigações na área, reconhecendo a aquisição da língua, como elemento essencial, à construção da identidade e senso de pertencimento de qualquer grupo social.

REFERÊNCIAS

KARAÚJO, Hélio Fonseca de; PEREIRA, Regiane Cunha. **Libras**: contexto escolar. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://pep.ifsp.edu.br/images/PDF/CSP/documentos-sociopedagogicos/Palavras-para-o-Contexto-Escolar.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 03 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 03 abr. 2025.

CERIGATTO, Pícaro M.; MACHADO, Guidotti V. **Tecnologias digitais na prática pedagógica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028128/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

COELHO, Luana; PISONI, Silene. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e-Ped-FACOS/CNEC**, Osório, v. 2, n. 1, ago. 2012. Disponível em: http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky_sua_teor%C3%ADa_e_a_influ%C3%ADncia_na_educacao.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina R. **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584291687/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

DONATO, Adriana Di; HOLLOSI, Márcio; CAMPOS, Sandra. Libras como língua adicional para estudantes universitários ouvintes. In: BEGROW, Desirée De V.; MOURA, Cecília. **Libras e surdos: políticas, linguagem e inclusão**. São Paulo: Contexto, 2024. E-book. p. 69-80. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555413953/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FELIPE, Tanya A.; MONTEIRO, Myrna S. **Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor**. 6. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <https://repositorio.faculadefama.edu.br/xmlui/handle/123456789/13>. Acesso em: 02 abr. 2025.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MORAIS, Carlos E. L. et al. **Libras**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027305/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José. (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 2-25.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). **Libras: conhecimento além dos sinais**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice M.; CRUZ, Carina R. **Língua de sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: ArtMed, 2009. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536325200/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOARES, M. A. L. **A educação de surdos no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1999.

TURETTA, Beatriz A. dos Reis; LACERDA, Cristina B. F. de. Língua de sinais como língua das comunidades surdas. In: LACERDA, Cristina B. F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa R. O. (orgs.). **Libras: aspectos fundamentais**. Curitiba: InterSaberes, 2019. [livro eletrônico]. p. 21-41. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/169745/pdf/203?code=QCbIP/3sifbhJJ0WpRMMW/FUU2prWwIponxFL3E/heC6yyAhBx7NjvPU5Q1NczXPMmxkZwcESvJ/QFaYxh6pg>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ULBRA (org.). **Libras**. Canoas: ULBRA, Universidade Luterana do Brasil, 2006.